

A METAFÍSICA DOS COSTUMES

Immanuel Kant

Tradução, apresentação e notas de
JOSÉ LAMEGO



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Serviço de Educação e Bolsas

902710

Reservados todos os direitos
de harmonia com a lei.
Edição da
Fundação Calouste Gulbenkian
Av. de Berna. Lisboa

ÍNDICE GERAL

Nota sobre a tradução	V
<i>A Metafísica dos Costumes</i> : a apresentação sistemática da filosofia prática de Kant	IX

A Metafísica dos Costumes

Primeira Parte: Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito	3
Preâmbulo	5
INTRODUÇÃO À METAFÍSICA DOS COSTUMES	15
I. Da relação das faculdades anímicas humanas com as leis morais	15
II. Da ideia e da necessidade de uma metafísica dos costumes	20
III. Da divisão de uma metafísica dos costumes	26
IV. Conceitos preliminares da metafísica dos costumes (Philosophia practica universalis)	30
INTRODUÇÃO À DOCTRINA DO DIREITO	41
§ A. O que é a doutrina do Direito	41
§ B. O que é o Direito?	41
§ C. Princípio universal do Direito	43
§ E. O Direito estrito pode também ser representado como a possibilidade de uma coerção recíproca universal em consonância com a liberdade de cada um segundo leis universais	45

ADITAMENTO À INTRODUÇÃO À DOCTRINA DO DIREITO	47
Do direito equívoco (<i>Ius aequivocum</i>)	47
I. A equidade (<i>Aequitas</i>)	48
II. O direito de necessidade (<i>Ius necessitatis</i>)	50
DIVISÃO DA DOCTRINA DO DIREITO	53
A. Divisão geral dos deveres jurídicos	53
B. Divisão geral dos direitos	55
DIVISÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES EM GERAL	59

A DOCTRINA DO DIREITO

Primeira Parte: O DIREITO PRIVADO	65
Capítulo primeiro: Do modo de ter algo exterior como seu	67
§ 1.	67
§ 2. Postulado jurídico da razão prática	68
§ 3.	70
§ 4. Exposição do conceito do meu e do teu exteriores	70
§ 5. Definição do conceito do meu e do teu exteriores	73
§ 6. Dedução do conceito de posse meramente jurídica de um objecto exterior (<i>possessio noumenon</i>)	75
§ 7. Aplicação do princípio da possibilidade do meu e do teu exteriores a objectos da experiência	81
§ 8. Ter algo exterior como seu é possível somente num estado jurídico, sob um poder legislativo público, quer dizer, no estado civil	85
§ 9. No estado de natureza pode, no entanto, haver um verdadeiro meu e teu exteriores, mas somente provisórios	86

Capítulo segundo: Do modo de adquirir algo exterior	88
§ 10. Princípio universal da aquisição exterior	88
Primeira secção: Do direito real	91
§ 11. O que é um direito real	91
§ 12. A primeira aquisição de uma coisa não pode ser senão a da terra	93
§ 13. Qualquer porção de terra pode ser objecto de aquisição originária e o fundamento da possibilidade desta aquisição é a comunidade originária da terra em geral	94
§ 14. O acto jurídico desta aquisição é a ocupação (<i>occupatio</i>)	95
§ 15. Somente numa Constituição civil pode algo ser adquirido peremptoriamente ; em contrapartida, isso mesmo também pode ser adquirido no estado de natureza, só que provisoriamente	97
§ 16. Exposição do conceito de aquisição originária da terra	103
§ 17. Dedução do conceito de aquisição originária	104
Segunda secção: Do direito pessoal	108
§ 18	108
§ 19	109
§ 20	114
§ 21	115
Terceira secção: Do direito pessoal de carácter real	118
§ 22.	118
§ 23.	119
O direito da sociedade doméstica	120
Título primeiro: o direito conjugal	120
§ 24.	120
§ 25	121
§ 26	122
§ 27	123
Título segundo: o direito dos progenitores	124
§ 28.	124
§ 29.	126

Título terceiro: o direito do chefe de família	128
§ 30.	128
Divisão dogmática de todos os direitos adquiríveis por contrato	130
§ 31	130
I. O que é o dinheiro?	134
II. Que é um livro?	140
Secção episódica: Da aquisição ideal de um objecto exterior do arbítrio	143
§ 32	143
I. O modo de aquisição por usucapião	145
§ 33	145
II. A herança (<i>Acquisitio haereditatis</i>)	148
§ 34	148
III. Deixar uma boa reputação depois da morte (<i>Bona fama defuncti</i>)	150
§ 35	150
Capítulo terceiro: Da aquisição subjectivamente condicionada pela sentença de uma jurisdição pública	153
§ 36	153
A. § 37. Do contrato de doação	154
B. § 38. O comodato	156
C. § 39. Da reivindicação (recuperação) da coisa perdida (<i>vindicatio</i>)	159
D. § 40. Da aquisição de garantia mediante prestação de juramento (<i>cautio iuratoria</i>)	164
Passagem do meu e do teu no estado de natureza ao meu e ao teu no estado jurídico	167
§ 41	167
§ 42	170

Segunda parte: O DIREITO PÚBLICO	173
Primeira Secção: O Direito estadual	175
§ 43.	175
§ 44.	176
§ 45.	178
§ 46.	179
§ 47.	182
§ 48.	183
§ 49.	183
Anotação geral: Dos efeitos jurídicos que decorrem da natureza da união civil	187
A.	187
B.	195
C.	199
D.	203
E. Do Direito penal e do direito de graça	207
I	207
II	218
Da relação jurídica do cidadão com a pátria e com o estrangeiro	219
§ 50.	219
§ 51.	220
§ 52.	222
Segunda secção: O Direito das gentes	226
§ 53.	226
§ 54.	227
§ 55.	228
§ 56.	231
§ 57.	233
§ 58.	234
§ 59.	236
§ 60	236
§ 61.	238

Terceira secção: O Direito cosmopolita	240
§ 62	240
Conclusão	243
Aditamento: Observação aclaratória aos princípios metafísicos da doutrina do Direito	246
 Segunda Parte: Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude	273
Preâmbulo	275
INTRODUÇÃO À DOCTRINA DA VIRTUDE	281
I. Exame do conceito de uma doutrina da virtude	282
II. Exame do conceito de um fim que é simultaneamente dever	286
III. Do fundamento para conceber um fim que é simultaneamente dever	290
IV. Quais são os fins que são simultaneamente deveres?	291
V. Exame destes dois conceitos	292
A. A perfeição própria	292
B. A felicidade alheia	295
VI. A Ética não dá leis para as acções (pois que isto fá-lo o <i>Ius</i>), mas tão-somente para as máximas das acções	297
VII. Os deveres éticos são de obrigação lata, enquanto que os deveres jurídicos são de obrigação estrita	298
VIII. Exposição dos deveres de virtude como deveres latos	301
IX. O que é um dever de virtude?	305
X. O princípio supremo da doutrina do Direito era analítico; o da doutrina da virtude é sintético	308
XI.	311

XII. Noções estéticas preliminares da receptividade do espírito aos conceitos de dever em geral	311
XIII. Princípios gerais da metafísica dos costumes no tratamento de uma doutrina pura da virtude	318
XIV. Da virtude em geral	322
XV. Do princípio da distinção entre a doutrina da virtude e a doutrina do Direito	325
XVI. A virtude requer, em primeiro lugar, o domínio de si próprio	327
XVII. A virtude pressupõe necessariamente a apatia (considerada como força)	328
XVIII. Noções preliminares relativas à divisão da doutrina da virtude	330
XIX. Divisão da Ética	334
I. Doutrina ética elementar	337
Primeira parte: Dos deveres para consigo próprio em geral	339
§ 1. O conceito de um dever para consigo próprio contém (à primeira vista) uma contradição	339
§ 2. Existem, no entanto, deveres do homem para consigo próprio	340
§ 3. Solução desta antinomia aparente	341
§ 4. Do princípio da divisão dos deveres para consigo próprio	342
Livro primeiro: Dos deveres perfeitos para consigo próprio	345
Capítulo primeiro: O dever do homem para consigo próprio, considerado como um ser animal	345
§ 5	345
§ 6. Artigo primeiro: Do suicídio	346
§ 7. Artigo segundo: Da desonra de si próprio pela voluptuosidade	350
§ 8. Artigo terceiro: Do aturdimento de si próprio pela imoderação no uso da bebida ou da comida	354

Capítulo segundo: O dever do homem para consigo próprio, considerado unicamente como ser moral	357
I. Da mentira	357
§ 9	357
II. Da avareza	357
§ 10.	362
III. Do servilismo	362
§ 11.	366
§ 12.	369
Primeira secção: Do dever do homem para consigo próprio, enquanto juiz inato de si mesmo	372
§ 13	372
Segunda secção: Do primeiro mandamento de todos os deveres para consigo próprio	377
§ 14	377
§ 15.	378
Secção episódica: Da anfibia dos conceitos morais da reflexão: tomar como um dever para com os outros o dever do homem para consigo próprio	379
§ 16	379
§ 17	381
§ 18	382
Livro segundo: Dos deveres imperfeitos do homem para consigo próprio (em consideração do seu fim)	383
Primeira secção: Do dever para consigo próprio de desenvolver e aumentar a sua perfeição natural, quer dizer, com um propósito pragmático	383
§ 19	383
§ 20	385
Segunda secção: Do dever para consigo próprio de aumentar a sua perfeição moral, isto é, com um propósito unicamente moral	386

§ 21	386
§ 22	387
Segunda parte: Dos deveres de virtude para com os outros	389
Capítulo primeiro: Dos deveres para com os outros, considerados simplesmente como homens	389
Primeira secção: Do dever de amor para com os outros homens	389
Divisão	389
§ 23.	389
§ 24	390
§ 25	391
Do dever de amar, em particular	393
§ 26	393
§ 27	393
§ 28	395
Divisão dos deveres de amor	396
A. Do dever de beneficência	396
§ 29	396
§ 30	397
§ 31	398
B. Do dever de gratidão	400
§ 32	401
§ 33	402
C. O sentimento de simpatia é, em geral, um dever	403
§ 34	403
§ 35	405
Dos vícios de misantropia directamente contrapostos (<i>contrarie</i>) à filantropia	407
§ 36	407

Segunda secção: Dos deveres de virtude para com os outros homens, decorrentes do respeito que lhes é devido	412
§ 37	412
§ 38	413
§ 39	414
§ 40	416
§ 41	416
Dos vícios que violam o dever de respeito para com os outros homens	417
A. A soberba § 42	417
B. A maledicência § 43	419
C. O escárnio § 44	420
Capítulo segundo: Dos deveres éticos dos homens entre si, atendendo ao seu estado	422
§ 45	422
Conclusão da doutrina elementar: Da mais íntima união do amor com o respeito na amizade	424
§ 46	424
§ 47	428
Aditamento: Das virtudes da convivência social (<i>virtutes homileticae</i>)	430
§ 48	430
II. Metodologia ética	433
Primeira secção: A didáctica ética	435
§ 49	435
§ 50	436
§ 51	437
§ 52	439
Anotação: Fragmento de um catecismo moral	440
Segunda secção: A ascética ética	447
§ 53	447

Conclusão: A doutrina da religião, como doutrina dos deveres para com Deus, encontra-se para além dos limites da filosofia moral pura	449
Anotação final	453
Quadro da divisão da Ética	458
Cronologia da vida e da obra de Kant	461
Indicação bibliográfica	471